

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

Durante esta legislatura, foram muitas as vezes em que nos deparamos com informações dando conta de que os utentes estão a faltar a consultas e tratamentos por não terem condições económicas para pagar o transporte e/ou as taxas moderadoras. Por sua vez, o Governo tem contestado esta situação, sendo que o Ministro da Saúde referiu mesmo, em audição decorrida durante esta legislatura na Comissão Parlamentar de Saúde, que “ninguém deixa de ser atendido no Serviço Nacional de Saúde, mesmo que não tenha um euro”.

Não obstante estas certezas do Governo, a realidade parece ser bem diferente, visto que por diversas vezes nos chegam relatos de pessoas que não conseguem ir a consultas ou prosseguir tratamentos por motivos económicos.

Recorde-se que, quando fez aprovar a legislação referente a taxas moderadoras, o Governo criou a ideia de que o valor das taxas nunca ultrapassaria os 50 euros. No entanto, este valor só é válido para as sessões em hospital de dia e para as urgências, onde os valores rondam os 25 euros e 50 euros, sendo estes valores difíceis de suportar para muitas pessoas. Todavia, convenientemente o Governo esqueceu-se de esclarecer que não existe qualquer limite para os valores a pagar pela realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), o que pode levar os utentes a terem que pagar taxas moderadoras de 150 ou mais euros, valores insustentáveis para muitas e muitas pessoas.

O Bloco de Esquerda considera fundamental avaliar a dimensão desta situação. Para tal, é necessário conhecer com objetividade e rigor as faltas registadas a primeiras consultas e seguintes, ao longo do corrente ano bem como nos anos de 2013 e 2014, nos centros hospitalares, nas unidades locais de saúde (ULS), nos hospitais e nos institutos de oncologia (IPO) do Serviço Nacional de Saúde.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio endereçar ao Governo, através do Ministério da Saúde, a seguinte pergunta:*

Qual a taxa média de faltas às consultas marcadas (primeira consulta e seguintes) nos anos de 2013, 2014 e em cada um dos meses de 2015?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 1 de Julho de 2015

Deputado(a)s

HELENA PINTO(BE)